

Ata do Vigésimo Quinta Sessão Ordinária do número trinta e quatro da Câmara Municipal de Lagoa, realizada no dia 10 (dez) de maio do ano de 2007 (dois mil e sete).

As duas horas do dia 10 (dez) de maio do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a Presidência do vereador Sr. Geraldo Gomes de Aguiar e em a ocupação "ad hoc" da Prefeitura Municipal pela vereadora Srta. Thuyndt Borelle, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa. Além desses, responderam à chamada regimental os seguintes vereadores: Ayrilton da Rocha, Alexandre dos Santos, Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, Amaury Valério Thomaz Junior, João dos Santos Mendes e Alas Hodin. Por não comparecendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas em sequência as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24/2007 - Resolução Municipal - Legislação nº 20/2007 - Projeto de Lei nº 04/2007, assunto: Autorização e poder executivo a conceder subvenção social à Associação dos Aposentados e Pensionistas de Lagoa, no valor e condições que mencionam. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental, solicitou ao Senhor número dezanove a leitura do Expediente que compõe do seguinte: Projeto de Lei nº 24/2007 - Resolução Municipal - Legislação nº 20/2007 - Projeto de Lei nº 04/2007, assunto: Autorização e poder executivo a conceder subvenção social à Associação dos Aposentados e Pensionistas de Lagoa, no valor e condições que mencionam. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental pronunciou o Tribuna aos Senhores Vereadores. Ocupou a Tribuna como primeiro orador emérito o vereador Sr. João dos Santos Mendes, que inicialmente disse que por preguiçado na última Sessão quando a primeira matéria que está de debate do órgão da Guarda Municipal é assunto, disse que acredita para haver grande necessidade de reflexão acerca daquela corporação, mas que quanto a sua denúncia de perseguição, por procurado pelo Sr. Carlos Bayno, Procurador do Município, que ele quer está montando uma tese para construção de defesa do referido, assim, em virtude de não ter ainda conhecimento do resultado da construção da tese pelo procurador, rebrava a ênfase. Agradeceu as manifestações de apoio dos Senhores Vereadores. Solicitou aparte o vereador Alfredo Gonçalves e disse que tomara a liberdade de esclarecer pessoalmente a aquela questão com o vereador João e quando se mostravaolidário ao

Vereador o filho de exatidão, visto que ele próprio poderia estar fazendo por
releição semelhante, reclamando a palavra, o vereador Júnior disse que após seu
pronunciamento teria necessidade de se aventurar a ganhar do caso em ter
heda de que estava participando de reuniões do Sindicato dos Proprietários de Bu-
rarias, assim, discursou o diretor da Superada do Governo a respeito para produzir
um aparte, e ele assim quis-se. Usando uso da palavra o vereador Amaro,
Valério, disse que não tinha nenhum há qualquer tipo de ameaça ao exercício
do vereador, e estava elogiado pela respeito do caso da participação que tom-
vera a todos. Disse ainda, que os fotograf, mencionados pelo vereador Júnior
podem vir a Câmara Municipal para obterem aulas com o vereador de ope-
ração que disse ter fotografias comprovando diversos acontecimentos no mun-
cípio que comprometem o atual governo. Afirma a seguir, que no fundo de sua
consciência apontou o vereador e o chefe de família Júnior Mendes, e que o mesmo
teria rompido o apego do legislativo reclamando a palavra, disse o vereador
Júnior Mendes, que as fotografias existam em arquivo de que a vida era su-
deidade um "Big Brother" e a maior das fotografias era a memória. Poste-
quendo, comentou sobre a decisão federal em sede de liminar que proibiria
a Prefeitura de utilizar a logomarca mencionada por ele em datas anteriores
dizia, que havia conhecido alguns de uma mãe de aluno da rede públi-
ca, que a ordem na Secretaria de Educação era para que fossem retirados
os luminosos dos alunos, e alertar a todos, que o culpado pelas enuncias não
podem utilizar a conduta e assim os alunos era o vereador Júnior Mendes
afirmou, que a liminar dava ao governo trinta dias para executar, assim,
o tempo era suficiente para substituir os uniformes. Disse ainda, que caso
o governo tivesse os uniformes dos enuncias já não estão caracterizado
o uso dos enuncias para alcançar objetivos políticos. Disse, que só tomaram
devidas providências para que tal ato não ocorresse. Adiante, disse que
houvera comentários de que ele tinha confeccionado os adesivos com
a seguinte: "Parquinho 2008 com intuito de prejudicar o Prefeito" e
que era um absurdo, visto que todos eram conhecedores de que o Prefeito lan-
çara sua logomarca em dez canais de TV local. Disse que começara
a surgir um movimento pleiteando a Emenda no do Organico Munici-
pal visando a legalização de tais depauperios, mas que estava sempre
a postos com o objetivo de lutar pelos direitos do cidadão. Disse a seguir,
que a logomarca do tributo era plágio da Companhia de Telecomunicações

com pequenas diferenças. Pontuando, disse que em virtude da alteração da do Orgânica, a Câmara Municipal de São Paulo foi multada em cerca de trinta, oito milhões de reais, no Governo de Bartolomeu Bueno que até aquela data sofria com sanções federais, fechou-se a ocasião em que houvera diversas manifestações de estudantes em protesto a alteração da Orgânica que reduziu obrigação do Município em investir na educação de trinta e cinco por cento para vinte e cinco por cento, assim, não viu o hora de reviver tais momentos. Disse que estaria começando naquela data um movimento contra a alteração da do Orgânica do Município, no que incitou a fala. A seguir, ocupou a tribuna o vereador Amunir Valério Thomaz Guano, que inicialmente parabenizou ao vereador Jânio Mendes pelo poder de mobilização do mesmo, disse que uma manifestação por falta de comida na escola ou algo parecido ele próprio estaria imbuído no movimento, mas que não visava a magnitude de um movimento para tirar "hoperquinhos" de uniforme. Disse que o Governo estaria como sempre cumprindo a lei. reiterou que os alunos da rede municipal tinham comida, uniforme e jamais tiveram a dignidade proposta nada pelo atual governo. falou da importância de que todos os lados fossem ouvidos e principalmente o lado de quem executará a boa obra. falou a seguir, de sua satisfação em estar sendo presidido pelo vereador Alexandre Sant'Anna. Disse ainda, que muitas coisas poderiam deixar de ser enjôo e que diversas leis poderiam ser alteradas, inclusive as que protegem os deputados e senadores de irem presos garantindo suas imunidades. Disse, que em desobediência da ausência do vereador de oposição, não se tenha movido a continuar seu pronunciamento, visto que o mesmo não compreendia os apês de um governo competente. referiu que assim que Ulair Garcia assumir o Governo em 1984, fez um novo Plano de Cargos e Salários. Disse a seguir, que somente o vereador de oposição tinha a visão de que os orçamentos da rede municipal eram simples propagandas do governo municipal, no que, encerra sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o senhor presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Voto duplo, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Educação final nos seguintes projetos: projeto de lei n.º 064/2006, projeto de lei n.º 080/2006, projeto de lei n.º 094/2006, projeto de lei n.º 098/2006, projeto de lei n.º 104/2006, projeto de lei n.º 108/2006, projeto de lei n.º 108/2006 e projeto de lei n.º 112/2006. Foi aprovado parecer favorável da Comissão de Finanças Orçamentos, Educação no seguinte projeto: projeto de lei n.º 028/2007. R. E. n.º 14/2007, sendo a seguir, aprovado o requerimento de urgência n.º 051/2007 para

que a Comissão de Iniciação Geral se reunisse, para emitir parecer ao Projeto de Lei em referência e requer, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Locomoção e Justiça nos seguintes projetos: Projeto de Lei n.º 033/2007, Projeto de Lei n.º 034/2007, Projeto de Lei n.º 035/2007, Projeto de Lei n.º 040/2007 - L.º n.º 21/2007, Projeto de Lei n.º 041/2007 - L.º n.º 25/2007 e Projeto de Lei n.º 042/2007 - L.º n.º 26/2007, vindo a se quer, os projetos de Lei n.º 033/2007 e 034/2007 encaminhados para a Comissão de Políticas Públicas para que a mesma emita parecer em prazo regimental aos referidos. O Projeto de Lei n.º 035/2007, teve aprovado o requerimento de urgência n.º 049/2007 para que os Comissários técnicos se reunissem para emitir parecer em conjunto ao referido Projeto. E os projetos de Lei n.º 040/2007 - L.º n.º 21/2007, Projeto de Lei n.º 041/2007 - L.º n.º 25/2007 e Projeto de Lei n.º 042/2007 - L.º n.º 26/2007 foram encaminhados para a Comissão de Finanças, Orçamento e Administração para que a mesma emita parecer em prazo regimental, foi aprovado o requerimento de urgência n.º 050/2007 para que os Comissários técnicos se reunissem para emitir parecer em conjunto ao Projeto de Lei n.º 044/2007 - L.º n.º 20/2007. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus, marcando Sessão Extraordinária para dentro de quinze minutos e, para cumprir, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Unânime, aprovada, para anotação para que se produza seus efeitos legais.

✓
✓
✓

Luís Schmitt

Jaime Rodrigues da Silva

Ata da Primeira Sessão Extraordinária do primeiro período legislativo da Câmara Municipal de Lagoa, realizada no dia 10 (dez) de maio do ano de 2007 (dois mil e sete).

As dezinoar horas do dia 10 (dez) de maio do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a Presidência do Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo, em o cumprimento da Imprensa Secretaria "ad hoc" pelo Vereador Luis Schmitt Bezerra, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa. Além disso, registaram a chamada regimental os seguintes Vereadores: Luiz Silva da Rocha, Alexandre Luis Sant'Anna, Alfredo Luiz Wapereira Gonçalves, Amaury Valério Thomas Pinna, e Vilas Rodri